1.22 • Conjuntura internacional

Ucrânia: entre jogos geopolíticos e a força das ideias

Licínia Simão

O MÊS DE FEVEREIRO DE 2014 ficará para a história da Ucrânia como um dos mais violentos e marcantes da sua breve independência. Desde novembro de 2013, dezenas de pessoas perderam a vida em manifestações contra o regime do presidente Yanukovitch, centenas desapareceram e milhares ficaram feridas. A violência da repressão, a radicalização dos movimentos que contestam o poder nas ruas do país e a intervenção militar da Federação Russa na península da Crimeia fizeram temer um cenário de guerra civil. A competição geopolítica entre o Ocidente e a Rússia do Presidente Putin fez antever um cenário de destabilização regional prolongado.

Contexto da crise

A atual crise na Ucrânia ganhou expressão após o anúncio da decisão do presidente Yanukovitch de não assinar o Acordo de Associação com a União Europeia (UE). Esta decisão contrariava não só as expetativas dos parceiros europeus, mas principalmente as da maioria dos ucranianos que viram na Política Europeia de Vizinhança (PEV) um processo de aproximação à UE, facilitador das reformas democráticas. Embora esta 'escolha europeia' seja tudo menos consensual no país, o certo é que, ao longo desta crise, os interesses dos ucranianos em serem governados num contexto democrático e justo se tem vindo a equacionar com um percurso europeu. Pese embora os limites à credibilidade e apoio europeu, a presença russa no país e a clara pressão exercida por Moscovo sobre os sucessivos governos ucranianos é hoje uma parte cada vez mais central da contestação no país.

66

[...] a construção de políticas de acomodação entre interesses europeus e russos na Ucrânia deverá ser uma prioridade fundamental de qualquer governo da Ucrânia.

"

Os dilemas que se colocam ao futuro da Ucrânia refletem as fragilidades de uma posição geoestratégica de grande valor, mas também das instituições democráticas que se desenvolveram desde a independência em 1991, e muito em particular desde a Revolução Laranja de 2004. O fim da coligação laranja entre Viktor Yushchenko e Yulia Tymoshenko e a vitória de Viktor Yanukovitch nas eleições presidenciais de 2010 pareceram pôr fim ao movimento pró-ocidental e reformador que a revolução tinha iniciado. Pesem embora as relações cordiais que o presidente desenvolveu com a UE, o seu compromisso com as reformas previstas

na PEV foi retórico e nos últimos anos assistiu-se a importantes retrocessos democráticos no país. Taras Kuzio refere-se à Ucrânia como um "Estado imóvel"1, incapaz de transformar o seu sistema político e económico e sublinha a desilusão com os líderes da revolução laranja, por um lado, e por outro com as medidas restritivas adotadas por Yanukovitch, nomeadamente no controlo democrático das instituições, na liberdade de imprensa e na condução de eleições livres. O mesmo autor sublinha também o facto de o presidente e o seu Partido das Regiões ser incapaz de oferecer uma alternativa nacional que una os ucranianos e que, por isso, a contestação democrática e nacionalista ao presidente tenderia a crescer.² A nível internacional, o contexto regional europeu tem vindo a sofrer também importantes alterações, com impacto na política externa multivetorial da Ucrânia. Um dos aspetos centrais é a fragilidade da "parceria estratégica" entre a Rússia e a UE, particularmente abalada pelas chamadas guerras do gás entre 2006 e 2009 e pela guerra entre a Geórgia e a Rússia, em 2008. O desenvolvimento de políticas de vizinhança mutuamente exclusivas e competitivas, que se sobrepõem no espaço pós-soviético, aumentaram a tensão entre os dois parceiros. Neste campo, há a assinalar a diversificação de mecanismos de pressão sobre estes Estados. Além dos tradicionais mecanismos políticos e militares, a Rússia abraçou também o conceito de soft power, representando lógicas importantes de "difusão antidemocrática"3 nesta região e promovendo projetos de integração económica regional competitivos com os da UE, nomeadamente a Comunidade Económica da Eurásia. Além disso, a pressão norte-americana

CRONOLOGIA DA CRISE UCRANIANA 2013/2014

21 novembro: presidente Yanukovitch anuncia que não assina o Acordo de Associação com a UE. Manifestantes ocupam a Praça da Independência em protesto contra esta decisão.

28 de novembro: na cimeira da Parceria Oriental em Vilnius, os líderes europeus pressionam o presidente ucraniano, mas sem resultados.

30 de Novembro: a polícia obriga manifestantes a libertar a Praça da independência. No dia seguinte 350.000 pessoas manifestam-se em Kiev.

3 Dezembro: o governo sobrevive a uma moção de confiança no Parlamento.

17 Dezembro: presidente Vladimir Putin anuncia que a Rússia irá comprar 15 biliões de dólares da dívida pública ucraniana e reduzir o preço de gás. **22 de Dezembro:** 100.000 pessoas manifestam--se em Kiev e é criado o movimento 'União dos

Povos da Maidan'.

22 de janeiro: dois manifestantes morrem na Praça da Independência, alvos de munições reais. **28 de janeiro:** o primeiro-ministro Nikolay Azarov demite-se e o Parlamento revoga as duras leis antiprotesto, aprovadas na semana anterior.

31 de janeiro/2 fevereiro: Elementos da oposição encontram-se com líderes europeus e norte-americanos à margem da cimeira de segurança de Munique. Estados Unidos e a UE anunciam esforços para coordenar ajuda financeira à Ucrânia.

6 de fevereiro: conversa entre diplomatas norte--americanos, onde criticam a atuação da UE, é colocada *online*.

7 **de fevereiro:** presidente Ivanovitch encontrase com Vladimir Putin, na sessão de abertura dos jogos olímpicos de inverno em Sochi.

16 de fevereiro: ativistas da oposição terminam a ocupação do edifício da Câmara Municipal de Kiev em troca da libertação de 234 protestantes detidos nas últimas semanas.

18 de fevereiro: os piores confrontos entre manifestantes e forças de segurança deixam pelo

menos 27 pessoas mortas e centenas de feridos.

19 de fevereiro: a UE anuncia uma reunião do Conselho de Ministros, para discutir a aplicação de sanções aos envolvidos nos confrontos. O presidente Yanukovitch reúne com a oposição e apela a uma trégua.

20 de fevereiro: após o anúncio de tréguas, confrontos entre protestantes e polícia resultam em numerosas baixas. A UE aprova sanções e os ministros dos Negócios Estrangeiros da França, Alemanha e Polónia reúnem com o presidente Yanukovitch e a oposição em Kiev.

21 de fevereiro: O presidente Yanukovitch assina um acordo com a oposição com vista a eleições antecipadas a 25 de maio e à formação de um governo de unidade nacional. O Parlamento aprova a aplicação da Constituição de 2004, que limita os poderes do presidente.

22 de fevereiro: O presidente refugia-se em Kharkiv, no leste do país. O presidente do Parlamento demite-se e Oleksandr Turchynov é eleito para o seu lugar. O Parlamento destitui o presidente, que não aceita afastar-se e denuncia um golpe de Estado. O Parlamento aprova a libertação imediata de Iulia Tymoshenko e Iuri Ilin, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, anuncia que as Forças Armadas não irão intervir no conflito. A Rússia denuncia as medidas do novo governo como ilegais.

23 de fevereiro: o Parlamento atribui poderes presenciais interinos a Oleksandr Turchynov.

24 de fevereiro: o novo governo ucraniano emite um mandato de captura ao presidente Yanukovitch.

Desde 25 de fevereiro: as tensões na Crimeia escalam, culminando num referendo que aprova a secessão da Ucrânia e a integração na Federação Russa. Em resposta, os EUA e a UE aplicam sanções à Rússia, como retaliação pelo apoio à secessão da Crimeia e à ocupação militar deste território.





Ucrânia: um país dividido. Fonte: El País.

Percentagem de falantes russos e outros indicadores. Fonte: El País.

com vista ao alargamento da NATO, bem como a questão do reconhecimento da independência do Kosovo e a colocação de componentes do escudo de defesa antimíssil norte-americano em países europeus da NATO, tornou a competição entre a Rússia e o Ocidente mais forte e limitou os pontos de convergência e diálogo. Neste contexto, a política externa multivetorial da Ucrânia está condenada ao fracasso, como ficou finalmente claro na Cimeira de Vilnius, em novembro de 2013, com a recusa em assinar o Acordo de Associação com a UE que vinha a ser negociado desde 2009.

Euromaidan: Revolução Laranja 2.0?

O movimento *Euromaidan* apresenta alguns paralelos interessantes com a Revolução Laranja de 2004. O primeiro é o facto de haver um acontecimento catalisador para as demonstrações populares, apesar de estas representarem frustrações

AS RELAÇÕES UE-UCRÂNIA NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE VIZINHANÇA (PEV)

A PEV foi desenvolvida pelas instituições europeias, desde 2003, com vista ao aprofundamento das relações políticas e económicas entre a UE e os países limítrofes. A PEV baseou-se na negociação de planos de reforma das instituições dos vizinhos a leste e a sul e na abertura de possibilidades de participação em programas e políticas específicas da UE, nomeadamente no seu mercado interno. Através deste processo, a UE visava dois objetivos: reforçar a segurança das suas fronteiras externas e minimizar os impactos negativos do seu alargamento, evitando "novas linhas de divisão" na Europa. Em 2009 é criada a Parceria Oriental com a Ucrânia, após a guerra entre a Geórgia e a Rússia . Ao abrigo desta parceria, a Ucrânia seria o primeiro país a assinar um Acordo de Associação com a UE, no qual se inclui um acordo para uma Zona de Comércio Livre Aprofundada e Alargada, facilidades na mobilidade de cidadãos ucranianos para a UE, e uma cooperação política e de segurança mais próxima, entre outros aspetos. Desde a Revolução Laranja em 2004, na Ucrânia, a UE tem procurado consolidar os processos democráticos no país. Contudo, isso tem sido denunciado por Moscovo como uma tentativa de alargar a esfera de influência da UE, sem reconhecer os interesses privilegiados russos na região e em especial na Ucrânia.

mais amplas da sociedade ucraniana com os seus líderes. Fundamental para explicar a força do movimento e a sua persistência foi a base diversificada de apoio que foi recrutando, 4 desde jovens estudantes e profissionais liberais comprometidos com a integração europeia, a movimentos de extrema-direita e partidos nacionalistas que criticavam as políticas corruptas e demasiado pró-russas do presidente Yanukovitch e do seu governo. Outra característica interessante deste movimento prende-se com o nível de autonomia face ao governo e à oposição representada no Parlamento. O movimento conseguiu apoio descentralizado, para lá de Kiev, em inúmeras cidades ucranianas, incluindo do leste e sul do país, mostrando a natureza transversal das reivindicações. Tal como em 2004, o apoio externo ao movimento, conferindo--lhe legitimidade, enquadra a sua ação numa narrativa articulada internacionalmente, o que explica parcialmente o alcance dos seus resultados.

O movimento Euromaidan perdeu, contudo, visibilidade após a saída do poder do presidente Yanukovitch e durante os primeiros tempos da ocupação russa da Crimeia não se fez ouvir, levantando questões importantes sobre as dinâmicas de formação e manutenção destes movimentos, bem como da sua capacidade de influenciar os mecanismos formais da política. Além disso, o movimento pró-ocidental enfrenta hoje um adversário poderoso, junto da população ucraniana que defende uma presença russa mais visível no país. Igor Torbakov⁵ sublinha que, mais do que uma identificação com a Rússia atual, estes delatores do movimento Euromaidan defendem o regresso a uma identidade soviética partilhada, ainda que pouco delimitada, em que o papel da Rússia enquanto Estado garante da segurança das populações russófonas é visto como essencial. É do embate entre estas duas visões que a divisão entre o espaço de influência da UE e da Rússia se define.

Os desafios que se colocam à Ucrânia

Apesar de a Ucrânia ser um jovem Estado-nação independente, cujas influências culturais e religiosas são diversas, e que o futuro geoestratégico do país ser algo que divide opiniões, é talvez exagerado pensar que existe falta de unidade nacional. É antes no contexto de radicalização de

posições e de cristalização das pressões europeia e russa que as linhas de divisão de país se tornam mais claras. Por isso, a construção de políticas de acomodação entre interesses europeus e russos na Ucrânia deverá ser uma prioridade fundamental de qualquer governo da Ucrânia.

Isso justifica-se também devido à necessidade de ajuda financeira em que se encontra a economia do país. Não é claro que a ajuda ocidental represente, neste contexto, uma opção mais satisfatória para os ucranianos, prevendo-se que, em troca de apoio financeiro, sejam impostos cenários de austeridade prolongada que em muito contribuirão para o desgaste político do governo que estiver no poder. A ajuda russa, por seu lado, terá outras exigências, nomeadamente o aprofundamento das relações políticas e dos interesses russos no país. A Ucrânia verá a sua soberania afetada com qualquer uma destas escolhas.

A dimensão externa dos desafios está também ligada à estabilização do território e à normalização da vida social, política e económica. A tensão que se tem verificado e o escalar da confrontação em torno da secessão da Crimeia poderão fazer escalar o conflito para novos níveis de violência. Neste cenário, um alinhamento de posições entre a Rússia e os parceiros ocidentais parece cada vez mais distante, dificultando em muito a posição ucraniana. Por fim, o desafio maior poderá ser o de manter um Estado viável e unido neste contexto de competição estratégica e interferência externa, que, independentemente da solução desta crise, se manterá como uma característica fundamental nesta região. A federalização do país tem sido avançada como um cenário em que esta acomodação poderia ser facilitada.

Notas

- ¹ KUZIO, Taras (2011) "Political Culture and Democracy. Ukraine as an Immobile State". East European Politics & Societies. Vol. 25. n.º 1: 88-113
- ² KUZIO, Taras (2010) "Viktor Yanukovych's First 100 Days. Back to the Past, But What's the Rush?". Demokratizatsiya: The Journal of Post-Soviet Democratization. Vol. 18, n.º 3.
- ³ RIABCHUK, Mykola (2008) "Ukraine: Lessons Learned from Other Postcommunist Transitions". Orbis. Vol. 52, n.º 1: 41-64.
- ONUCH, Olga; SASSE, Gwendolyn (2014) "What does Ukraine's Euromaidan teach us about protest?". Washignton Port, 27 de fewereiro.
- ⁵ TORBAKOV, Igor (2014) "Insecurity Drives Putin's Crimea Response". Eurasianet. March 3.